

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.541.628 - SP (2019/0203019-8)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : LUIS GUSTAVO DA SILVA BARA
ADVOGADOS : FABIANA PARADA MOREIRA PAIM - SP213886
 ADAO NOGUEIRA PAIM - SP057661
 PEDRO PAULO BORINI PAIM - SP361859
AGRAVADO : FAST SHOP S.A
ADVOGADOS : GUSTAVO GONÇALVES GOMES - SP266894A
 ÉRIKA TATIANE GOMES SPINA - SP291442
 PAULO CEZAR BOFFI DE ASSIZ - SP344836

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por LUIS GUSTAVO DA SILVA BARA contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão assim ementado:

"EMENTA: 1. Bem móvel Vício do produto Ilegitimidade passiva da ré comerciante Ausência Responsabilização solidária de todos os participantes da cadeia de consumo Hipótese de vício do produto e não de acidente de consumo.
2. Defeito do produto constatado por perícia Culpa exclusiva do consumidor por mau uso não comprovada Deslocamento do display e da tela interna que não implicam tela visivelmente quebrada no momento da entrega Premissa de entrega sem avarias que não pode ser adotada em desfavor do consumidor Responsabilização pela substituição do produto mantida.
3. Dano moral por mero descumprimento contratual Não configuração Inexistência de excepcional situação que desborde dos meros aborrecimento Indenização afastada Provimento parcial, com observação" (fl. 270, e-STJ).

No recurso especial, o recorrente alega, além de dissídio jurisprudencial, violação dos arts. 6º, VI, e 12 do Código de Defesa do Consumidor e 186 e 927 do Código Civil. Sustenta ter sofrido constrangimento e que a condenação em danos morais é devida.

Não admitido o recurso na origem, vieram os autos conclusos a esta relatoria.

Contraminuta às fls. 350-357 (e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

O recurso não merece prosperar.

Superior Tribunal de Justiça

O tribunal estadual, ao analisar a controvérsia, consignou:

"(...)

No que tange aos danos morais, porém, reputo que não estão configurados.

Na espécie, o único fato imputável à ré é o descumprimento de relação contratual. Em hipóteses assemelhadas, porém, o Superior Tribunal de Justiça tem orientado:

O inadimplemento do contrato, por si só, pode acarretar danos materiais e indenização por perdas e danos, mas, em regra, não dá margem ao dano moral, que pressupõe ofensa anormal à personalidade.

Embora a inobservância das cláusulas contratuais por uma das partes possa trazer desconforto ao outro contratante - e normalmente o traz - trata-se, em princípio, do desconforto a que todos podem estar sujeitos. Com efeito, a dificuldade financeira, ou a quebra de expectativa de receber valores contratados, não tomam a dimensão de constranger a honra ou a intimidade, ressalvadas situações excepcionais (REsp 202.564 - Relator Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira).

O inadimplemento contratual implica a obrigação de indenizar os danos patrimoniais; não, danos morais, cujo reconhecimento implica mais do que os dissabores de um negócio frustrado. Recurso especial não conhecido (REsp 201.414 Relator Ministro Ary Pargendler) -grifei

Não estando presente situação excepcional que desborde do mero aborrecimento em decorrência do descumprimento contratual, inadmissível a concessão de indenização por danos morais.

Em suma, dou parcial provimento ao apelo para afastar da condenação a indenização por danos morais" (fls. 273-274, e-STJ).

Nesse contexto, não é possível a esta Corte apreciar o entendimento exarado na origem, porquanto teria que, necessariamente, rever o contexto fático-probatório dos autos, procedimento inviável nesta via extraordinária, consoante disposto na Súmula nº 7/STJ.

Anota-se, ainda, que a aplicação do enunciado nº 7 da Súmula do STJ em relação ao recurso especial interposto pela alínea "a" do permissivo constitucional prejudica a análise da mesma matéria indicada no dissídio jurisprudencial.

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

